

Política salarial e desenvolvimentismo: uma análise dos impactos nos salários da indústria e no conflito distributivo

Matheus Rissa Peroni Ribeiro ¹
Luiz Gustavo Fernandes Sereno ²

Resumo: Este trabalho visa investigar os desdobramentos dos recentes aumentos reais do salário mínimo nos custos da indústria brasileira a partir da divergência em torno do tema da literatura desenvolvimentista. Busca mostrar que o crescimento real experimentado pelo salário mínimo não altera fundamentalmente a determinação do salário na indústria brasileira, assim como não é possível afirmar que causa aumento na participação dos salários industriais no lucro. Além de tudo, com o crescimento do Valor Agregado da indústria e das taxas de lucros verificados, é plausível supor efeitos positivos para a intensificação industrial.

Palavras-chave: Salário mínimo, salário industrial, desenvolvimentismo, conflito distributivo.

Classificação JEL: J31; J38.

Wage policy and developmentalism: an analysis of wage impacts on industry and distributive conflict

Abstract: This paper aims to inquire about the unfolding of the recent real increases of the Brazilian minimum wage in industry total costs from the divergence of the developmentalist economic literature. It attempts to show that the minimum wage real growth does not fundamentally alters the wage determination in Brazilian industry, as it is not possible to say that it raise the industrial wage quota on industrial earnings. Besides, with the seen growth of the industry added value and profit rates, it is plausible to assume positive effects on industrial intensification.

Keywords: Minimum wage, industrial wage, developmentalism, distributive conflict.

1. Introdução

A política pública de valorização do salário mínimo – como instrumento adicional para a redução da desigualdade e distribuição de renda – que se tornou uma política contínua, de fato, nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), conduziu o Brasil a um modelo de crescimento liderado pelo consumo (*wage-led*). Essa estratégia de desenvolvimento buscava induzir o aumento da taxa de investimento por meio da expansão do mercado interno que, por sua vez, seria realizada mediante o aumento dos gastos de consumo das famílias incentivado pelo crescimento do salário mínimo em termos reais.

Não obstante, parte do debate acadêmico e político consideram o modelo de crescimento *wage-led* insustentável no longo prazo. Para tanto, argumenta-se que um contínuo crescimento real da participação dos salários na renda conduz a uma queda da taxa de lucro, gerando um conflito distributivo em detrimento do lucro e agravando a expectativa do empresário em relação a novos investimentos. Além disso, enuncia-se que tal política aumenta a tendência de apreciação da taxa real

¹ Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Email: matheusperoni@ufu.br

² Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Email: luizgustavosereno@gmail.com

de câmbio, provocando assim uma transferência de atividades produtivas para o exterior e, conseqüentemente, um processo de desindustrialização.

Considerando tais interpretações, este trabalho possui o objetivo de investigar os impactos da política de aumentos reais do salário mínimo no custo salarial do setor industrial. Em virtude disso, além desta introdução, o texto está dividido em quatro seções. Na primeira, é realizado um resgate do debate teórico-político acerca das visões desenvolvimentistas no Brasil, bem como de suas divergências no que diz respeito à política de aumento salarial. Na segunda seção, procura-se explorar brevemente a influência do salário mínimo nas taxas salariais e nos preços. Na terceira, é apresentada uma análise empírica descritiva a respeito da relação entre o crescimento do salário mínimo real e sua influência nos salários e custos da indústria; ademais, investiga-se o conflito distributivo entre lucros e salários industriais. Por fim, na quarta seção, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2. O debate desenvolvimentista e a divergência em relação à política salarial

Entre 2004 e 2014, o Brasil obteve resultados favoráveis no plano macroeconômico e social. Nesse interregno, foram observadas taxas robustas de crescimento do produto acompanhadas de níveis de preços controlados³, acumulação de reservas internacionais e redução da relação dívida pública/PIB que conduziram a uma diminuição da vulnerabilidade externa do país. No âmbito social, destacam-se a queda progressiva da taxa de desemprego aliada às políticas de expansão do crédito, à ampliação dos gastos sociais e a aumentos reais do salário mínimo que reduziram a pobreza total e provocaram uma pequena melhora na distribuição de renda. Tudo isso foi constituído com o *boom de commodities* a partir de 2003 e após 2006, com uma ampliação do mercado interno que se constituiu como determinante essencial para o crescimento econômico e social (FILGUEIRAS, 2012).

Esse momento de bonança da economia brasileira suscitou o retorno do debate teórico-político com relação ao processo de desenvolvimento do país. Dentre as diversas visões, encontram-se o chamado novo-desenvolvimentismo (precursores e pós-keynesianos) e o social-desenvolvimentismo, que versam acerca da importância relativa entre o mercado interno e o setor externo como condutor do desenvolvimento, e o reconhecimento de diferentes variáveis-chaves de demanda que impulsionam o crescimento da economia brasileira. Tais correntes – e suas respectivas propostas – são relevantes dadas suas raízes estruturalistas e o caráter desenvolvimentista, que preconizam um esforço deliberado em promover o estímulo ao crescimento concomitante à ampliação do emprego e da renda. É necessário, entretanto, analisar cuidadosamente a divergência entre ambas no que diz respeito à política salarial.

Destacam-se para os novo-desenvolvimentistas, segundo Sicsú *et al.* (2005), as influências da noção keynesiana de complementaridade entre o Estado e o mercado e da visão cepalina estruturalista, cuja preocupação se refere à transformação produtiva com equidade. Dessa forma, o projeto novo-desenvolvimentista não busca defender um projeto de centralização econômica - com um Estado forte - nem seu extremo oposto - um Estado fraco no qual o mercado é o condutor da economia. Antes, contempla entre esses extremos a possibilidade da constituição de “um Estado forte que estimula o florescimento de um mercado forte” (SICSÚ *et al.*, 2005, p. 01).

Nessa perspectiva, a corrente dos novos - desenvolvimentistas precursores, que tem como principal expoente Bresser-Pereira (2004, 2007, 2010), argumenta que o mercado externo - com o aumento das exportações líquidas - é o motor que proporcionará o desenvolvimento brasileiro. O autor considera como fator primordial a elevação da taxa de investimento orientada às exportações e condicionada por uma taxa de juros inferior aos patamares observados. Além disso, defende a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva, observando que a “variável-chave da política de desenvolvimento deve ser a taxa de câmbio” (Bresser-Pereira, 2010, p. 669).

Alerta, ainda, que o câmbio possui uma tendência estrutural de sobrevalorização causadora de um desalinhamento entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial. De acordo com o autor, essa é a principal responsável pelo processo de desindustrialização

³ No período indicado, o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) esteve abaixo do teto da meta em todos os anos e, ainda, com taxas inferiores ao centro da meta em três anos.

precoce no Brasil. A fonte da apreciação cambial, argumenta, localiza-se no resultado das transações correntes e, assim, a industrialização deve ser norteada para as exportações. Para tanto, faz-se necessária uma depreciação da moeda doméstica de modo a garantir condições para equilibrar o setor industrial, modelo que ficou conhecido como modelo conduzido pelas exportações (*export-led*). Entretanto tal movimento seria eficaz “apenas transitoriamente, uma vez que para haver desenvolvimento é preciso aumentar salários e PIB per capita, ampliando, conseqüentemente, o mercado interno” (MOLLO; FONSECA, 2013, p. 235).

Diferentemente de Bresser-Pereira, que identifica o problema de desequilíbrio da economia como fruto da performance das transações correntes, Sicsú *et al.* (2005) defendem que o obstáculo se encontra na conta de capitais. Além dessa distinção, os novo-desenvolvimentistas pós-keynesianos, como o próprio nome diz, possuem uma influência mais marcante da teoria pós-keynesiana. Essa corrente – muito embora também considere a importância do mercado externo – trata como primordial evitar a vulnerabilidade externa do país em decorrência das constantes entradas e saídas de capitais, por vezes essencialmente especulativos. Nesse sentido, segundo Mollo e Fonseca (2013, p. 236), a

Variável-chave não seria a taxa de câmbio, mas a de juros, cuja queda, ao evitar entrada de capitais especulativos, impediria a apreciação cambial e beneficiaria não apenas as exportações, mas o fortalecimento do mercado interno. O desenvolvimento do mercado interno, além do das exportações, permite avançar na questão redistributiva, ao ampliar as oportunidades de emprego e salário.

Além da necessidade de adoção de medidas que visem atenuar a volatilidade da taxa de câmbio em paralelo a uma taxa de câmbio atraente e competitiva para estimular as exportações, os novo-desenvolvimentistas (precursores e pós-keynesianos) alertam para a indispensabilidade do equilíbrio fiscal. Não se trata, contudo, de uma política fiscal restritiva com objetivos simplistas de superávit fiscal, mas sim de separar os gastos correntes do governo dos gastos em investimento. Baseiam-se, para isso, na divisão dos gastos do governo proposta por Keynes, separando o orçamento do governo em dois e conseguindo, dessa forma, mostrar a conveniência de se realizar políticas fiscais ativas que estimulem o investimento, sem que isso comprometa as finanças públicas. Assim sendo, os gastos correntes do governo necessitam de equilíbrio ou de superávits circunstanciais, e os gastos em investimentos deveriam ser ativos e harmoniosos com os resultados do orçamento corrente (SICSÚ *et al.*, 2005).

A corrente denominada social - desenvolvimentista, por sua vez, destaca as políticas de redistribuição de renda e aumento real dos salários (*wage-led*), considerando como força motora do desenvolvimento o mercado interno. Segundo Mollo e Amado (2015), tais preocupações levam essa abordagem a dialogar também com uma parte da tradição marxista que defende o desenvolvimentismo-distributivo com base na “ideia de autonomia relativa do Estado com relação às classes que permite esperar que se possa contar com o Estado e suas políticas para melhorar a condição dos trabalhadores ou sua posição na relação capital-trabalho” (p. 15). Como justificativa, apontam que as políticas de redistribuição de renda e aumento real dos salários podem garantir maior número de empregos e, conseqüentemente, maior poder de barganha do trabalhador ao inserir o assalariado em uma posição melhor na relação capital-trabalho. A outra parte da tradição marxista, contudo, “critica essa defesa na base da ideia de que não é possível contar com o Estado capitalista para transformar a sociedade, mas apenas com a luta de classes” (p. 15).

Nessa proposta, observa-se certa prudência com relação a taxas de câmbio competitivas verificada na consideração de que a desvalorização da moeda tem efeitos inflacionários que diminuem os salários reais. Para o social-desenvolvimentismo, a variável-chave é o consumo, de modo que diante de uma dimensão potencial de mercado interno grande, a produção e o consumo de massa possibilitam aumentar os rendimentos gerados por elevação da produtividade com economias de escala, além de potencializar a elevação dos salários. Assim, segundo os autores do social desenvolvimentismo, a atuação do mercado interno como mola impulsora do desenvolvimento gera mais garantias de distribuição de renda e de aumento da renda das classes mais baixas, o que não seria o resultado esperado a partir do crescimento movido pelo setor externo.

A discussão entre a competitividade externa e o desenvolvimento do mercado interno e as visões referentes ao conflito distributivo entre salários e lucros suscitaram, ainda, debates em relação à estratégia mais adequada para o desenvolvimento no que diz respeito a dicotomia entre o *wage-led* e o *profit-led*⁴. Tal debate parte da ideia de que o crescimento real dos salários estimula o consumo a ponto de incentivar o aumento da capacidade instalada e, conseqüentemente, elevam-se as taxas de investimento, crescimento e emprego. Por outro lado, a elevação dos salários impacta negativamente as margens de lucro, pela ótica dos custos, afetando a lucratividade das empresas e, conseqüentemente, restringindo o aumento do investimento e do produto. Santos (2013), ao tentar escapar de tal paradoxo, apoia-se na ideia de que a melhor estratégia para o desenvolvimento deixa de ser uma opção entre o crescimento via *wage-led* ou *profit-led*, mas um crescimento liderado pelo investimento. Segundo o autor, o aumento do investimento leva ao crescimento da produção, ampliando a quantidade de emprego e elevando a massa de salários e, por conseguinte, o aumento das vendas e do consumo. Ademais, o autor indica que as conseqüências das políticas salariais sobre os níveis de produto são confusas e possuem efeitos distintos em diferentes níveis de desenvolvimento.

As correntes apresentadas possuem, ainda, diferentes concepções em relação à política salarial. Destaca-se que a corrente dos novo-desenvolvimentistas precursores possui uma perspectiva totalmente diferente da percepção social desenvolvimentista quanto à variável “taxa de salário”. Como já mencionado, segundo Bresser-Pereira (2016), os novo-desenvolvimentistas precursores consideram que a taxa de câmbio dos países em desenvolvimento, sobretudo aqueles afetados pela doença holandesa, recorrentemente são sobrevalorizadas no longo prazo. Diante dessa característica, a elasticidade renda das exportações será diminuída e a elasticidade renda das importações será aumentada. Em outras palavras, a competitividade das empresas nacionais será reduzida, diminuindo a taxa de lucro esperada e a disposição para o investimento, enquanto os salários reais serão artificialmente elevados. Diante desse conflito distributivo, Bresser-Pereira (2016, p. 247) enfatiza que “*se o crescimento depende dos investimentos das empresas, os formuladores de políticas devem trabalhar por um meio-termo entre os empresários e os trabalhadores, entre uma taxa de lucro satisfatória e salários que aumentem com a produtividade*”.

Oreiro (2012) argumenta sobre a necessidade da promoção de uma política salarial moderada, considerando inclusive a indicação *ex ante* de reduções salariais (independente da redução *salarial expost* advinda da desvalorização cambial), de forma a garantir uma taxa cambial competitiva para as exportações. O autor afirma que “um regime de crescimento *wage-led* é insustentável a longo prazo”, porque “um aumento cumulativo da participação dos salários na renda irá resultar, em algum momento, em uma tendência a queda da taxa de lucro” (OREIRO, 2012, p. 32), gerando, assim, um conflito distributivo na sociedade. Nesse sentido, o modelo *wage-led* conduziria a um aumento sucessivo da participação do consumo no produto e à elevação dos custos do trabalho, provocando uma perda de competitividade externa da economia. Dessa forma, o autor argumenta que o modelo *wage-led* é representado por quedas contínuas do coeficiente de exportações, desequilíbrio no balanço de pagamentos, desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora.

De maneira oposta, Bielschowsky (2012) defende o social-desenvolvimentismo ao argumentar que as decisões de investir das empresas brasileiras são orientadas pelo mercado interno, uma vez que as exportações operam como complemento à demanda. Dessa forma, o consumo de massa, além do investimento em infraestrutura e dos recursos naturais abundantes, torna-se o “motor” de maior relevância para o desenvolvimento econômico, permitindo ampliar os rendimentos de escala, o progresso técnico e os salários no Brasil.

Portanto, a interpretação social-desenvolvimentista, segundo Mollo e Amado (2015), parte do princípio de que independentemente de o desenvolvimento ser guiado pelo investimento ou consumo de massa, o estímulo ao mercado interno é essencial. Mesmo que seja provocado pelo consumo, tal fato não inibiria o investimento *vis-à-vis* aumento de salários, “como pensam os desenvolvimentistas precursores, porque o que aumenta com o consumo é a fatia de lucros, influenciando positivamente na decisão de investir” (MOLLO e AMADO, 2015, p. 22). Portanto, como nas outras visões, o lado da

⁴ Segundo Takasago, Mollo e Guilhoto (2017), o *profit-led* se associa aos defensores do modelo *export-led*.

demanda é de suma importância e precisa ser priorizado, seja para adequar as estruturas produtivas ante as especificidades de novos paradigmas tecnológicos, seja para ampliar a capacidade produtiva, o emprego e os salários sem pressão na taxa de inflação. No entanto Mollo e Amado colocam-se ao lado dos desenvolvimentistas sociais, “em particular, pela melhor inserção dos trabalhadores na relação capital-trabalho, ampliando seu poder de barganha nas negociações salariais e viabilizando maior poder de organização para ganhos maiores” (MOLLO e AMADO, 2015, p. 23).

3. Salário mínimo e sua influência sobre a taxa salarial e os preços

A política de valorização real do salário mínimo no Brasil foi implementada a partir de 2003. Em 2011, especificamente, foi aprovada a Lei nº 12.382 (BRASIL, 2011), que fixou a regra para os reajustes anuais do salário mínimo de acordo com a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior somada à média do crescimento do PIB dos dois últimos anos. No entanto, no ambiente de recessão e estagnação econômica do biênio 2017-2018, a política de reajustes reais do salário mínimo foi interrompida: em 2017 o reajuste foi de 6,48% ante um INPC de 6,58%, e em 2018, 1,81% contra um INPC de 2,07% (DIEESE, 2018).

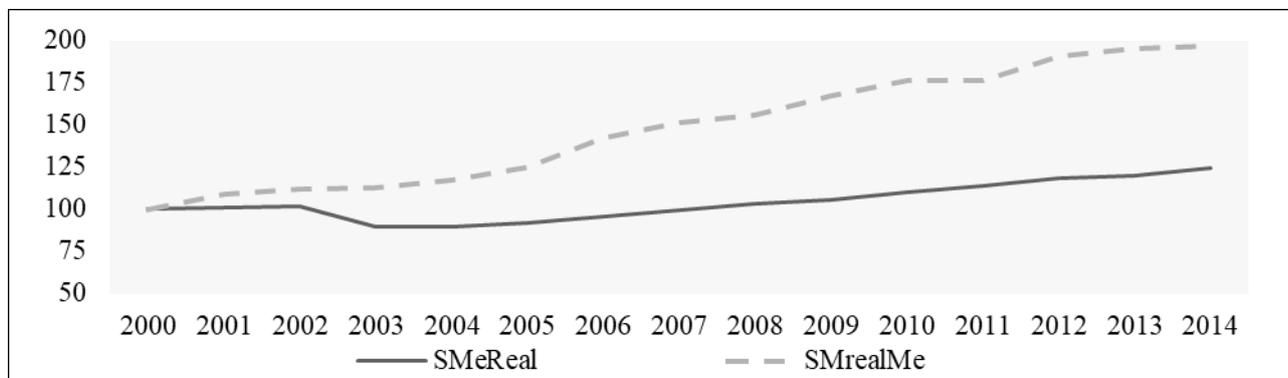
O salário mínimo é considerado, formalmente, a taxa de salários base da economia. A definição de um salário mínimo institucional diz respeito a um piso correspondente a um nível de consumo básico familiar considerado socialmente necessário. Dessa forma, o salário mínimo formaliza o poder de barganha dos trabalhadores, tornando-o, sobretudo, um salário político (MEDEIROS, 2015). O nível geral de salários e o valor do salário mínimo são variáveis de grande importância para a economia, dado que suas variações reais tendem a se propagar e seus impactos afetam variáveis econômicas. A respeito disso, este item tem o objetivo de abordar brevemente a influência do salário mínimo sobre as taxas de salários, preços e, conseqüentemente, a condução da política monetária. Considerando o elevado nível de heterogeneidade na estrutura produtiva e social brasileira, a relação entre salário mínimo, taxa de salários e renda do trabalho autônomo estabelece um ponto relevante a respeito do conflito distributivo das rendas. Por conseguinte, a política salarial pode ter influências distintas sobre os diversos setores econômicos, assim como impactos na renda de trabalhadores de diferentes níveis salariais, sejam estes do setor formal ou informal da economia (MEDEIROS, 2015).

Entretanto, a hipótese de que o salário mínimo se constituiu como a taxa de salário base da totalidade do mercado de trabalho necessita de uma avaliação do nível de influência na formação de salários e rendas nas diversas atividades. O efeito do aumento do salário mínimo sobre os salários pode ser obtido pela diferença relativa do salário médio em relação ao salário mínimo, ou seja, quanto mais distante o rendimento do salário mínimo, menor a tendência de aumento proporcional. Decorre também, segundo Summa (2014), do poder de barganha do trabalhador, que tem como fator determinante a situação estrutural e conjuntural do mercado de trabalho somada a fatores políticos e institucionais. Com o intuito de demonstrar a dispersão salarial, realizou-se no Gráfico 1 a comparação entre a evolução do comportamento do salário mínimo e do salário médio entre os anos 2000 e 2014 a partir de um índice de base 100. Dessa forma, é possível observar que o aumento do salário real médio não acompanha o ritmo de crescimento do salário mínimo real, corroborando a concepção de que o nível do impacto da valorização do salário mínimo nas taxas de salários é disperso e heterogêneo.

Ademais, segundo Medeiros (2015), o salário mínimo possui um “efeito farol” nos salários de setores informais, isto é, o salário mínimo é tomado como referência central para a determinação de tais salários. De forma distinta, o salário do trabalhador autônomo é balizado conforme a situação da demanda e do número de ofertantes desses bens e serviços. Nesse sentido, o salário mínimo age tanto por meio do seu impacto sobre a demanda quanto por meio da redução de trabalhadores ocupados nessas atividades. Em relação ao impacto do salário mínimo sobre os preços, é preciso considerar que, diante de uma economia com alto grau de heterogeneidade, a influência sobre os custos da folha salarial entre os setores produtivos é muito distinta, dependendo do nível de aumento da produtividade e dos preços relativos. Isto é, um aumento do salário base pode refletir em aumento dos preços conforme maior ou menor pressão sobre os custos médios da força de trabalho e o grau de mark-up das

empresas. Dessa forma, a empresa absorve tal aumento por uma redução na parcela dos lucros ou por um crescimento menor dos salários mais altos, influenciando a dispersão salarial (MEDEIROS, 2015).

Gráfico 1: Evolução do salário médio real da economia (SMeR) e do salário mínimo real médio (SMrealMe) anual, de 2000 a 2014 (ano base = 2000)

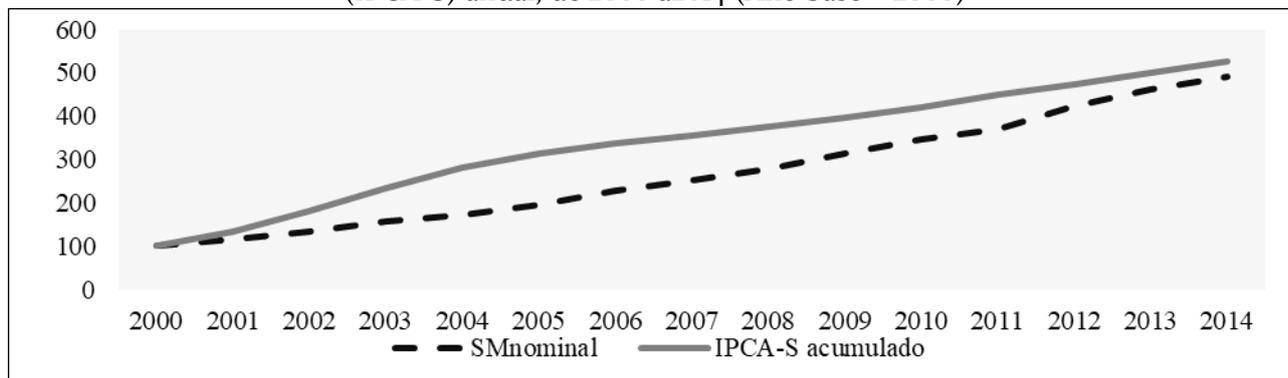


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2017)

Nessa perspectiva, o salário representa um custo para a firma; então, é esperado que um reajuste do salário mínimo possua maior efeito em setores intensivos em trabalho do que em setores intensivos em capital, ou seja, setores de serviços, comércio e transporte possuem maior impacto nos custos do que setores industriais e agropecuários. Segundo Martinez e Braga (2012), o impacto da correção do salário mínimo sobre a inflação é difícil de ser constatado devido ao fato de o reajuste se concentrar em apenas um mês do ano. Porém algumas evidências indicam que o salário mínimo foi importante para explicar a evolução dos preços de alguns setores.

Para ilustrar essa influência, é apresentada no Gráfico 2 a relação entre a trajetória do salário mínimo nominal e a inflação do setor de serviços – medida pelos componentes de transportes; saúde e cuidados pessoais; despesas pessoais; educação e comunicação – do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada entre os anos de 2000 e 2014. O Gráfico 2 evidencia que as duas séries lograram tendência semelhante de crescimento, constatando o fato de que o crescimento do salário mínimo possui influência na determinação dos preços do setor de serviços.

Gráfico 2: Evolução do salário mínimo nominal (SMnominal) e da inflação de serviços acumulada (IPCA-S) anual, de 2000 a 2014 (Ano base = 2000)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Ipeadata (2017)

Em vista disso, pode-se afirmar a existência na interação entre salário mínimo e preços, mostrando até aqui que essa influência possui, sobretudo, impacto na determinação dos preços livres que estão relacionados à prestação de serviços. É preciso acrescentar ainda o fato de que o setor de

serviços nos últimos anos vem aumentando sua participação no produto da economia brasileira, em detrimento da participação da indústria (FIESP, 2015). Considera-se a política de valorização do salário mínimo um fator importante na determinação da taxa de inflação brasileira.

Nessa perspectiva, o salário mínimo passa a ser um elemento de influência na condução da política monetária brasileira. Segundo Martinez e Braga (2012), a indexação do salário mínimo ao crescimento e à inflação gera uma reação da política monetária para conter possíveis instabilidades. Isto é, com tudo mais constante, a política monetária torna-se mais restritiva do que seria sem a regra de indexação do salário mínimo. Tomando esse pressuposto como válido, o efeito da política de valorização do salário mínimo tenciona o Banco Central do Brasil em priorizar o comportamento da inflação, deixando em segundo plano o crescimento. Em outras palavras, a reação da política monetária torna-se mais orientada no alcance da meta de inflação do que na meta de crescimento do produto. A existência de influência do aumento do salário mínimo nas taxas de salários, nos preços e na condução da política monetária e suas consequências possuem também efeito nos custos industriais. Para isso, o próximo item procura explorar qual o impacto do valor do salário mínimo no custo dos salários no setor industrial.

4. Impactos do salário mínimo na indústria

Tendo em consideração a necessidade de se entender a influência dos aumentos cíclicos do salário mínimo sobre o custo da indústria, primeiramente há de se investigar a relação entre o salário mínimo e o salário da indústria. Para tanto, em um primeiro momento, compara-se a evolução do salário mínimoreal e a evolução do salário médio real das indústrias de São Paulo. Ambos os dados foram extraídos da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada⁵ (Ipeadata). Além do índice de salário real médio da indústria de São Paulo, calculou-se o salário real médio da indústria brasileira pela razão entre Salários e o Pessoal Ocupado (PO) em 31 de dezembro de cada ano, mantendo-se constante a cada mês do ano. Foi ainda calculado o índice de produtividade industrial como razão entre o Valor Agregado Bruto (VAB) da indústria e o PO, também constante em todos os meses de cada ano. Os dados de VAB, PO e salários foram extraídos da Pesquisa Industrial Anual⁶ (PIA-EMPRESA) do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Os valores de VAB e salários foram ainda deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do IBGE, obtido também pelo Ipeadata.

Nesse caso, a base escolhida foi maio de 1996, correspondente à primeira observação da amostra na qual houve reajuste do salário mínimo nominal no período. Em relação aos dados de salário, por se tratar de observações mensais, a amostra capta a influência da inflação mensal e, portanto, optou-se pela interpretação acerca da média móvel em 12 meses. Por fim, o recorte temporal escolhido foi entre os anos de 1995 e 2016⁷, considerando que no período existiram políticas razoavelmente distintas de aumento do salário mínimo institucional⁸, sobretudo aumento brando no governo de Fernando Henrique Cardoso e acréscimos reais consecutivos durante os governos de Lula e Dilma Rousseff.

A relação entre salário mínimo e salário da indústria (Gráfico 3) era relativamente estável entre os anos de 1995 e 1999: o salário mínimo e o salário da indústria apresentam curvas quase paralelas, com taxas de crescimento de 2,94% e 3,39% ao ano. A partir de 1999, no entanto, nota-se certo descolamento entre salário mínimo e salário da indústria de São Paulo, sucessivamente intensificado até 2016. Podemos considerar que tal deslocamento é passível de ser dividido em três períodos com intensidades distintas.

Inicialmente, entre os anos de 1999 e 2003, o salário mínimo real e o salário médio real da indústria passam a apresentar trajetórias contrárias. Enquanto o salário mínimo real apresenta

⁵ <http://www.ipeadata.gov.br/>

⁶ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>

⁷ Para o cálculo da produtividade só estão disponíveis dados entre 1996 e 2015

⁸ Para uma discussão mais ampla acerca do salário mínimo institucional no Brasil, ver SCHLABITZ (2014)

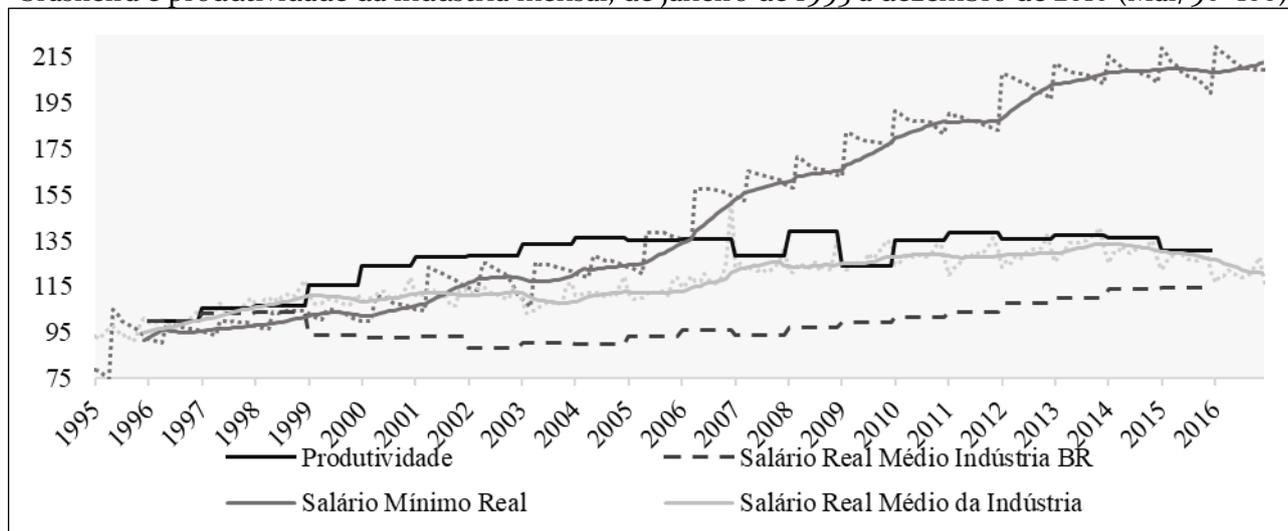
crescimento médio anual de 3,29%, o salário da indústria experimenta redução em seu valor real na ordem de 0,43% ao ano. Para o entendimento desse início do descolamento, ressalta-se, além da queda do salário real da indústria, o crescimento do salário mínimo real em 2001 (9,08%). Nesse período, a razão entre o salário da indústria de São Paulo e o salário mínimo que era 1 em 1996 e 1,01 em 1999, passa para 0,86 em 2003.

O segundo período – entre os anos de 2004 e 2007 – é dado por um salto no salário mínimo real brasileiro, enquanto o salário médio da indústria experimenta uma retomada do crescimento real. Dessa forma, o salário médio real da indústria cresce a 3,33% ao ano, ainda inferior ao crescimento do salário mínimo, o qual aumentou no período a uma taxa anual de 8,96% ao ano. Tal disparidade no crescimento faz com que a razão entre o salário médio da indústria de São Paulo e o salário mínimo caia de 0,86 em 2004 para 0,74 em 2007.

A partir de 2008, no entanto, verifica-se no salário médio da indústria uma redução média anual de 0,31%, ao passo que o salário mínimo aumenta a uma taxa média de 3,18% ao ano, caracterizando o terceiro período. Com efeito, nesse momento intensifica-se o grau do descolamento entre o salário mínimo e o salário da indústria, notando que ao final de 2016 a razão entre o salário da indústria de São Paulo e o salário mínimo real é de 0,54. Induz-se, portanto, que a diferença que passa a existir entre o nível do salário mínimo real e o salário real da indústria é resultado do aumento institucional do salário mínimo *vis-à-vis* a determinação do salário real industrial, dado que em toda a série o salário mínimo real cresce a uma taxa média anual de 4,20% contra 1,26% do salário da indústria de São Paulo e 0,71% do salário da indústria total.

Tendo isso em vista, os três períodos distintos apresentados no Gráfico 3 demonstram não ser possível inferir sobre a relação direta dos aumentos reais constantes no salário mínimo na definição do salário real médio da indústria. Por outra via, o aumento do salário real da indústria verificado entre 2004 e 2007 poderia ser explicado pelo intenso aumento na produtividade entre 1999 e 2004, valendo-se da prerrogativa do atraso existente entre aumento de produtividade e seu impacto no salário real. Esse argumento pode ser corroborado pelo menor crescimento da produtividade entre os anos de 2005 e 2009 e pela consequente quase estagnação do salário real da indústria a partir de 2007.

Gráfico 3: Salário mínimo real, salário real médio da indústria (SP), salário real médio da indústria brasileira e produtividade da indústria mensal, de janeiro de 1995 a dezembro de 2016 (Mai/96=100)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2017) e IBGE-PIA (vários anos)

A menor taxa de crescimento do salário da indústria total se deve, sobretudo, às quedas bruscas experimentadas nos anos de 1999 e 2002, que levaram o salário médio industrial a uma queda anual de 2,02% entre 1996 e 2002. A partir de 2003, no entanto, a trajetória de crescimento foi quase constante: em 2010 ele supera, pela primeira vez na série, o valor de 1996; e entre 2002 e 2015, cresce a uma taxa média anual de 2,00%. É importante notar, ainda, que os aumentos consecutivos na produtividade entre

1999 e 2004 estão associados a quedas no salário real industrial total. Nesse período, a correlação entre produtividade e salário industrial brasileiro foi de -0,88: dessa forma, para um mesmo número de trabalhadores, o valor produzido aumentou e os salários diminuíram. A partir de 2005, no entanto, os aumentos consecutivos no salário real médio industrial não parecem, necessariamente, guardar relação com a estagnação da produtividade, dado que a correlação dos índices no período total foi de 0,03. Por fim, nota-se, na Tabela 1, que, em geral, salário mínimo, salário da indústria e produtividade apresentam correlação positiva no período. Ressalta-se a forte correlação entre o salário mínimo e o salário da indústria de São Paulo, apesar do deslocamento na trajetória, já que ambos apresentaram em geral trajetória de crescimento.

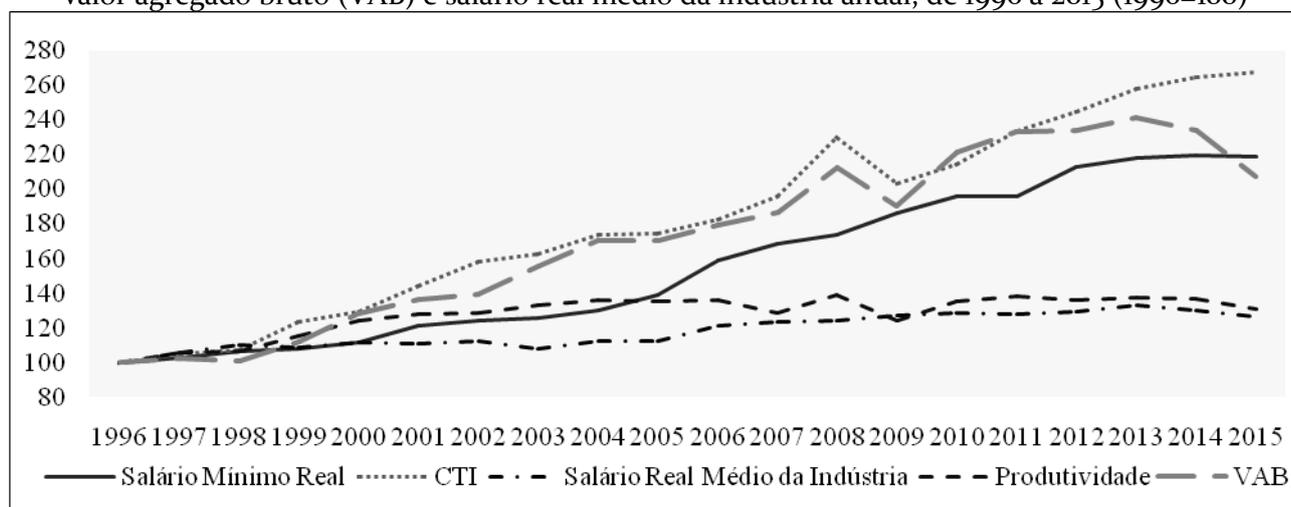
Tabela 1: Correlação entre salário mínimo real, salário real médio da indústria de São Paulo, salário real médio da Indústria brasileira e produtividade da indústria

	Produtividade	Salário Ind. SP	Salário Ind. BR	Salário Mínimo
Produtividade	1,00	0,69	0,03	0,67
Salário Ind. SP	0,69	1,00	0,59	0,96
Salário Ind. BR	0,03	0,59	1,00	0,68
Salário Mínimo	0,67	0,96	0,68	1,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2017) e IBGE-PIA (vários anos)

Em relação ao impacto do salário mínimo no custo da indústria, portanto, consideraremos em primeira instância que a trajetória estacionária da produtividade no período tende a manter constante o custo por produto da mão de obra (AMADEO apud NETTO e CURADO, 2005). Tendo isso em conta, analisaremos no Gráfico 4, além do salário mínimo real médio, a produtividade da indústria e o salário médio real da indústria, o Custo Total Industrial (CTI) e o VAB. Os dados sobre o CTI foram também extraídos da PIA-EMPRESA do IBGE e deflacionados pelo IPCA. Ressalta-se que agora são consideradas as médias anuais das variáveis que anteriormente eram mensais, afim de comparação com as demais variáveis da indústria que possuem disponibilidade anual. Destaca-se ainda que o recorte temporal foi reduzido para o período entre os anos 1996 e 2015⁹ e que, nesse momento, a base passa a ser o ano de 2000.

Gráfico 4: Salário mínimo real, produtividade da indústria, custo total das atividades industriais (CTI), valor agregado bruto (VAB) e salário real médio da indústria anual, de 1996 a 2015 (1996=100)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2017) e IBGE-PIA (vários anos)

⁹ Dada a disponibilidade de dados da PIA-EMPRESA, do IBGE.

Inicialmente, ao analisar o custo total da indústria no período, notam-se dois fenômenos passíveis de análise. O primeiro relaciona-se ao comportamento apresentado pelo custo da indústria em relação ao salário mínimo – excluindo-se os anos de 2008 e 2009, os dois índices apresentam trajetórias semelhantes (Gráfico 4). Observa-se, contudo, que o CTI real guarda relações muito mais estreitas com o VAB do que com a produtividade e o salário real médio industrial com correlações de 0,98, 0,78 e 0,93.

Dessa forma, o crescimento do CTI no período é tanto acima do salário mínimo quanto do salário médio da indústria, de modo que a razão entre os índices de salário mínimo e salário da indústria sobre o CTI é de 0,82 e 0,47, respectivamente, em 2016. Assim, é improvável que o crescimento médio anual dos salários industriais de 1,26% seja determinante para o aumento dos custos industriais, 5,31% anuais em todo o período. Em tempo, o aumento médio da produtividade no período (1,42% ao ano) foi ainda superior ao crescimento dos salários da indústria e é possível supor que tal acréscimo mais do que proporcional na produtividade causa uma redução no custo da indústria em função de salários (AMADEO *apud* NETTO e CURADO, 2005).

Assim sendo, não é possível inferir que aumentos reais constantes do salário mínimo impliquem crescimento direto no custo da indústria por meio dos salários industriais. Pode-se considerar, ainda, o argumento de que o aumento de produtividade no período pode compensar o aumento de outros custos ao reduzir o custo de capital humano por produto (AMADEO *apud* NETTO e CURADO, 2005). A discrepância entre VAB e CTI observada a partir de 2012 não ocorre concomitante a uma redução da produtividade ou a aumentos nos salários industriais. Antes, nos anos de 2014 e 2015, verifica-se uma redução no salário mínimo real e no salário médio industrial.

Por fim, foram calculados índices que buscassem captar o conflito distributivo no período. Para tanto, foram considerados, de forma complementar, os dados de Receita Total (RT) e salários da PIA-EMPRESA, deflacionados pelo IPCA. O lucro bruto foi calculado a partir da diferença entre RT e CTI. Foram calculados índices que medem a participação dos salários nos lucros, nos custos e no VAB, bem como a participação do lucro no VAB e na RT.

A partir daí, verifica-se que o aumento do custo total da indústria não significou necessariamente aumento no custo médio de produção ou diminuição da parcela de lucro. Ao contrário, na Tabela 1, é possível verificar que o crescimento do custo total esteve atrelado ao aumento das relações entre lucro e custo total e entre lucro e receita total. Além disso, a participação dos salários nos lucros, nos custos totais e no VAB caiu. Destaca-se que entre os anos de 2005 e 2015, nos quais o salário industrial total obteve acréscimos anuais de 2,45% em média ao ano, a média do índice de relação entre os salários e o CTI foi de 72,01, abaixo da média da série total.

Tabela 2: Índices da participação dos salários industriais nolucro, custo e VAB da indústria e da participação dos lucros nos custos e nas receitas industriais, anual, de 1996 a 2015 (1996=100)

Ano	Salários/Lucro	Salários/CTI	Salários/VAB	Lucro/CTI	Lucro/Receita
1996	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1997	116,37	95,63	97,86	82,18	82,73
1998	187,15	91,79	97,34	49,05	49,99
1999	559,63	74,11	81,34	13,24	13,68
2000	51,23	73,95	74,69	144,36	142,02
2001	60,42	68,86	72,96	113,97	113,38
2002	178,66	60,50	68,75	33,87	34,72
2003	26,85	64,77	67,67	241,23	229,22
2004	27,38	64,67	66,00	236,22	224,85
2005	24,88	67,18	68,97	270,04	254,02
2006	24,92	69,68	70,94	279,66	262,18
2007	24,72	69,61	73,01	281,57	263,79
2008	40,35	64,77	70,08	160,53	157,00
2009	25,87	75,08	80,21	290,20	271,07
2010	25,85	77,77	75,20	300,89	280,02
2011	31,26	75,11	75,03	240,23	228,35
2012	47,38	75,92	79,44	160,23	156,73
2013	52,79	75,11	80,27	142,27	140,08
2014	140,76	73,91	83,45	52,51	53,45
2015	-86,24	67,96	87,56	-78,81	-84,41
Média	83,01	74,32	78,54	155,67	148,64

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (vários anos)

Respeitadas as limitações de espaço e objetivo do trabalho, não se propõe aqui uma investigação mais ampla acerca do impacto do salário mínimo na inflação por outras vias, bem como destes nos outros custos do setor industrial, salientando, no entanto, a necessidade de maior investigação dos efeitos do salário mínimo na dinâmica econômica, dado que esta constitui uma importante variável na condução da economia.

Posto isso, e considerando que o crescimento no custo total da indústria no período de aumentos reais sucessivos do salário mínimo não se dá em função do impacto do salário mínimo no nível salarial da indústria, torna-se plausível aceitar que o aumento do custo total da indústria advém de fatores externos aos determinantes do salário industrial. Isto é, efeitos na piora das expectativas empresariais em relação à diminuição da participação do lucro na produção, no aumento dos preços relativos de bens e serviços demandados pela indústria, na taxa de inflação e, conseqüentemente, em uma condução mais restritiva da política monetária.

Considerações Finais

O presente trabalho verificou uma tendência crescente de dispersão entre os valores reais do salário mínimo institucional e o salário médio da economia. Além disso, constatou a existência de correlação entre o aumento do salário mínimo e a elevação do nível de preços, sobretudo do setor de serviços. Nessa perspectiva, o salário mínimo passa a ter interferência indireta na condução da política monetária, tornando-a mais restrita a uma condição de controle de preços.

Contudo, percebe-se diminuta relação positiva entre salário mínimo e salário real da indústria. Dessa forma, conclui-se que a influência da política de aumentos sucessivos reais no salário mínimo nos preços não se realiza por meio de elevação dos custos de mão de obra da indústria. Entretanto, ainda assim observa-se contraproducente aumento no custo total das atividades industriais, mesmo em uma situação de produtividade não declinante. O aumento nos custos, contudo, não se verificou nem como redução da taxa de lucro nem como aumento na participação dos salários nos lucros. Antes, não foram encontradas evidências que corroborassem o argumento de que aumentos sucessivos reais do salário mínimo alterem a capacidade de inversão da indústria.

Por fim, as decisões acerca da política de condução do salário mínimo institucional se mostram relevantes para a dinâmica da estrutura produtiva e social brasileira. Logo, tornam-se necessárias maiores investigações a respeito dos fatores que evidenciam a propagação dos aumentos do salário mínimo para o nível de preços, de modo a buscar a política salarial adequada para que o desenvolvimentismo volte a lograr-se como modelo de crescimento econômico do país.

Referências

BIELSCHOWSKY, R. (2012). *Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual*. Economia e Sociedade, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400002>

BRASIL. Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, 25 fev. 2011.

BRESSER-PEREIRA (2004). *Novo-desenvolvimentismo*. Folha de S. Paulo, 19 set. DOI: <https://doi.org/10.18356/d651821d-en>

_____ (2007). *Estado y mercado em el nuevo desarrollismo*. Nueva Sociedad, n. 210, p. 110-125, Jul./Ago. 2007.

_____ (2010). *Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento*. Revista de Economia Política, v. 30, n. 4: 663-686. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000400007>

_____ (2016). *Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico*. Revista de Economia Política, vol. 36, n 2, p. 237-265. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572015v36n02a01>

DIEESE (2018). *Política de valorização do Salário Mínimo*. Nota técnica, n. 188. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec188SalarioMinimo.pdf>> Acesso em: 28/05/2018

FIESP (maio/2015). *Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB*. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. Disponível em: <<http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2015/05/perda-de-participacao-da-industria-no-pib.pdf>> Acesso: 28/06/2017

FILGUEIRAS, L. (2012) *A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização*. Relatório de Pesquisa. Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro.

- MARTINEZ, T. S.; BRAGA, J. M. (2012). *Crescimento liderado pelos salários, política monetária e inflação no Brasil*. V Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira: São Paulo. Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/130820121621498835_Martinez%20e%20Braga.pdf> Acesso: 27/06/2017
- MEDEIROS, C. A. (2015) *A Influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década*. *Economia & Sociedade*, v. 24, p. 263-292. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n2art2>
- MOLLO, M.L.R. e AMADO, A. (2015) *O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 1-28, abr. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v24n1/0104-0618-ecos-24-01-00001.pdf> > Acesso em 29/06/2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n1art1>
- MOLLO, M.L.R. e FONSECA, P.C.D. (2013) *Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais*. *REP*, vol. 33, p. 222-239, abril-junho. Disponível em < <http://www.rep.org.br/PDF/131-2.PDF>> Acesso em 30/06/2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572013000200002>
- NETTO, C. R. de S.; CURADO, M. L. (2005). *Produtividade do trabalho, salários reais e desemprego na indústria de transformação do Brasil na década de 1990: teoria e evidência*. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 485-508. Disponível em<<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482005000300002>> acesso em 27/06/2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482005000300002>
- OREIRO, J. L. C. (2012) *Wage-led versus export-led: desfazendo confusões conceituais*. *Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento*. Disponível em < <https://jlc Oreiro.wordpress.com/2012/09/24/wage-led-versus-export-led-desfazendo-confusoes-conceituais/>> acesso em 01/07/2017
- _____(2012). *Novo-Desenvolvimentismo, Crescimento Econômico e Regimes de Política Macroeconômica*. *Estudos Avançados*, v. 26, n.75, p. 29-40. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200003>
- SANTOS, P. L. (2013) *Production and consumption credit in a continuous-time model of the circuit of Capital*. *Historical Materialism*, v. 17, n. 2, p. 180.
- SCHLABITZ, C. J. (2014). *A Economia Política do Salário Mínimo*. Tese de doutorado. UFRGS, Porto Alegre.
- SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (2005) *Introdução*. In: *Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri-SP: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- SUMMA, R. F. (2015) *Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 42, p. 10-25.
- TAKASAGO, M.; GUILHOTO, J.; MOLLO, M. L. R. (2017) *O debate desenvolvimentista no Brasil: discutindo resultados da matriz de insumo-produto*. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 48, p 385-409.

Recebido em 13.11.18

Aprovado em 19.06.19